

A variação linguística no contexto escolar: o que pensam os professores sobre o modo de falar dos alunos

Lygia de Lima Souza¹

Resumo

Este trabalho é um recorte da dissertação de mestrado intitulada “Diversidade Linguística no ensino do português: desafios do professor de língua materna no contexto escolar” (SOUZA, 2017), que teve como objetivo geral revelar os desafios encontrados pelo professor de Língua Portuguesa no exercício docente ao ensinar a língua materna por meio de uma abordagem Sociolinguística. A pesquisa, em seu contexto geral, foi fundamentada na Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008) e na Sociolinguística Educacional (BORTONI-RICARDO, 2005), e realizada por meio de uma abordagem qualitativa, delineada nos procedimentos técnicos da pesquisa documental e de campo.

Palavras-chave: Diversidade Linguística; Sociolinguística Variacionista; Sociolinguística Educacional.

Introdução

O fenômeno da variação linguística constitui objeto de estudo desde o século XIX pela Dialetoлогия (CHUMBERS & TRUDGIL, 1994) e desde o século XX pela Sociolinguística (LABOV, 2008) e se caracteriza por apresentar duas ou mais alternantes em nível fonético-fonológico, morfossintático, semântico-lexical, etc. A natureza da língua é variar no espaço, variação diatópica, no tempo, variação diacrônica, e no meio social, variação diastrática.

Quando ocorre a variação linguística, o falante tende a adotar um comportamento positivo ou negativo diante da forma como fala e diante da forma como os outros falam. “Com efeito, existe todo um conjunto de atitudes, de sentimentos dos falantes para com suas línguas e para com aqueles que as utilizam, que torna superficial a análise da língua como simples instrumento.” (CALVET, 2002, p. 65)

No contexto escolar, o fenômeno da variação linguística ocorre devido à existência de uma realidade linguística rica e multifacetada. Logo, seria importante que o professor estivesse preparado, desde sua formação acadêmica, para lidar com a heterogeneidade da língua. A diversidade linguística constitui um desafio do professor ao ensinar Língua Portuguesa para

¹ Mestre em Letras-Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Especialista em Língua Portuguesa e Ensino (UNINORTE). Graduação em Letras Língua Portuguesa (UNINORTE). Instrutora Educacional na Secretaria Municipal de Educação de Manaus.

falantes de Língua Portuguesa na apropriação de uma variedade da língua mais prestigiosa, respeitando as demais variantes linguísticas trazidas pelos alunos para a sala de aula.

A pesquisa, em seu contexto geral, foi fundamentada na Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008) e na Sociolinguística Educacional (BORTONI-RICARDO, 2005), e realizada por meio de uma abordagem qualitativa, delineada nos procedimentos técnicos da pesquisa documental, pois analisa as Propostas Curriculares da Secretaria Municipal de Ensino de Manaus, como também o Plano de Formação Continuada; e de campo, uma vez que foram aplicados questionários e realizadas entrevistas com seis professoras de Língua Portuguesa de três escolas localizadas em áreas geográficas distintas: área urbana-centro, área urbana-periferia e na área rural.

As seis professoras entrevistadas são graduadas em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Amazonas no período de 2001 a 2004 e com exceção de uma professora, identificada como PLP5, as demais possuem especialização. Todas trabalham em regime estatutário na Secretaria Municipal de Educação há mais de 10 anos, atuando no ensino fundamental do 6º ao 9º ano.

Esclarecemos que nosso foco de interesse neste trabalho é a discussão acerca do que pensam os professores sobre o modo de falar dos alunos, portanto, foram levadas em consideração duas perguntas do roteiro de entrevista, a qual foi pautada num roteiro semiestruturado, apresentando questões relacionadas ao posicionamento dos professores em relação ao uso da variante não padrão, aos mitos e preconceitos referentes ao ensino de Língua Portuguesa, aos saberes trazidos pelos alunos e os que são adquiridos no ambiente escolar, dentre outros.

Do universo de vinte e duas questões do roteiro, as que suscitaram a reflexão acerca do tema em debate neste trabalho foram: *Qual é a sua opinião em relação à linguagem falada por seus alunos em sala de aula?* e *Como você acha que deve ser a maneira de falar dos alunos em sala de aula?* Na sessão seguinte, optamos em apresentar as respostas das entrevistadas e discorrer sobre um tema muito discutido no âmbito educacional, o preconceito e a intolerância linguística.

O preconceito e a intolerância linguística

Acreditamos que a relação professor – aluno em sala de aula no que diz respeito à variação linguística é reflexo do seu modo de pensar o fenômeno em sua dimensão externa a

ela. Portanto, o contexto escolar é o principal ambiente para a desmitificação do preconceito linguístico. Concordamos com Faraco (2008, p. 3) ao afirmar que

Precisamos aprender a nos reconhecer como um país multilíngue; precisamos abrir nossos ouvidos e olhos, sem restrições e sem pré-julgamentos, para todas as variedades do nosso português; precisamos deixar que as inúmeras maneiras de falar a língua ressoem tranquilamente em nós e encantem o nosso coração.

O autor enfatiza que não é tão fácil deixar o pré-julgamento de lado, uma vez que a nossa cultura tem sido intolerante com muitas variedades brasileiras do português, discriminando o modo como parte da população fala a língua. Sobre a variação linguística no contexto escolar, Bagno (2015) afirma que deve ser objeto e objetivo do ensino de língua, ou seja, “uma educação linguística voltada para a construção da cidadania numa sociedade verdadeiramente democrática não pode desconsiderar que os modos de falar dos diferentes grupos sociais constituem elementos fundamentais da identidade cultural da comunidade e dos indivíduos” (BAGNO, 2015, p. 18).

No trabalho de pesquisa, por meio da entrevista, investigamos se o preconceito linguístico e/ou a intolerância estiveram presentes no discurso das professoras, procurando saber a opinião acerca do modo de falar dos alunos. Ao perguntarmos qual a opinião em relação à linguagem falada em sala de aula, as respostas foram as seguintes:

PLP 1: *A gente respeita, né[...] a gente conhece o outro lado da linguística que [...] diz que nada tá errado [...] se você conseguir se comunicar com o outro (...) mesmo que seja de forma errada, então isso aí é válido [...]*

PLP 2: *É pobre. ((risos)) É pobre, né?((risos)) [...] aí o grande problema [...] na sala de aula a gente tem que ir se adaptando, tentando mudar [...] ensinar o que é correto, né ((risos)), correto dentro da linguagem [...] a forma melhor de se falar [...]*

PLP 3: *Eles cometem alguns deslizes, não sei se [...] é isso que você quer saber [...] mas nada que comprometa o entendimento [...] é... bom... eles falam bem.*

PLP 4: *[...] é bem diversificada [...] bem rica [...]*

PLP 5: *Eles têm um vocabulário muito específico da zona rural, pobre, errado [...]de certa forma eu respeito, procuro compreender na medida do possível e trabalhar em cima disso”*

PLP 6: *[...] eu procuro estar direcionando pra questão da linguagem em sala de aula, [...] dizendo as situações na qual eles poderão estar usando [...]*

Com exceção da PLP 4 e PLP 6, as demais professoras, em menor ou maior proporção, explicitamente ou implicitamente apresentam em seus discursos o mito de que existe uma forma

correta de falar. O *pobre e o errado* definem a opinião de PLP2 e PLP5, indo de encontro ao que dizem os PCN ao afirmarem que a escola precisa livrar-se de vários mitos, dentre eles o de que existe uma forma “correta” de falar, e de que a questão não é de erro, mas de adequação às circunstâncias de uso, de utilização adequada da linguagem.

Bagno (2015) afirma que é preciso mostrar em sala de aula e fora dela, que a língua varia na mesma proporção que a sociedade varia além de informar a existência das inúmeras formas de se dizer alguma coisa. Outra questão apresentada pelo autor e presente no discurso de PLP 5 é a prática distorcida de apresentar a variação como se ela existisse apenas nos meios rurais ou na fala de pessoas menos escolarizadas ao afirmar que “*Eles têm um vocabulário muito específico da zona rural, pobre, errado [...]*”.

Curiosamente, PLP1 e PLP5 aludem a um pseudo respeito em relação à fala do aluno. A PLP1 afirma que “[...] *conhece o outro lado da linguística que [...] diz que nada tá errado [...]*”. Já PLP5 afirma que “[...] *de certa forma eu respeito, procuro compreender na medida do possível e trabalhar em cima disso*”. A afirmação de PLP1 demonstra a fragilidade teórica em relação ao que realmente se propõe a linguística e PLP5 ao afirmar “*Trabalhar em cima disso*” não denota um trabalho de conscientização ou próximo ao que Bortoni-Ricardo (2014) propõe, o de ficar alerta à produção linguística dos alunos, promovendo os ajustes necessários, de forma respeitosa e, nos termos de uma pedagogia culturalmente sensível.

Coelho *et. al.* (2015, p. 65) enfatizam que fazer julgamento à língua e julgamento ao falante é um dos fatores que permitem a existência e a perpetuação do preconceito linguístico em nossa sociedade, sendo assim, dizer que tal pessoa ou tal grupo é inferior porque fala de uma forma e não de outra é apenas mais um mecanismo de afirmação e de perpetuação desse preconceito, que se manifesta como preconceito linguístico, mas que nunca deixou de ser social.

Usar a linguagem para atacar, depreciar, diminuir e humilhar o ser humano, nunca aceitando suas diferenças, segundo Leite (2012), é uma atitude que caracteriza o preconceito ou intolerância. A autora esclarece que, embora tais termos pareçam sinônimos, há uma distinção sutil entre ambos, uma vez que se pode falar tanto de preconceito quanto de intolerância, reconhecendo, contudo, as diferenças entre ambos. Leite (2012) enfatiza que o preconceito é silencioso, sem a discussão do contrário, pode não se manifestar, sendo, portanto, um não gostar sem ação discursiva clara sobre o fato rejeitado. Já a intolerância nasce de julgamentos de contrários, ela é ruidosa e explícita porque se manifesta por um discurso calcado em dicotomias, em contrários, como por exemplo, *tradição x modernidade, saber x não saber*, dentre outros.

Bortoni-Ricardo (2005, p. 15) afirma que o ensino da língua culta à grande parcela da população que tem como língua materna a do lar e da vizinhança, tem pelo menos duas consequências desastrosas: não são respeitados os antecedentes culturais e linguísticos do educando, conseqüentemente isso contribui para desenvolver nele um sentimento de insegurança, pois nem lhe é ensinado de forma eficiente a língua padrão. Dessa forma, é necessário que o professor conheça as principais características da fala do grupo social onde os alunos estão inseridos para evitar qualquer espécie de preconceito e até mesmo repensar suas aulas, de forma que o aluno saiba usar outras variantes, no caso, as de mais prestígio quando for necessário.

O aluno precisa saber que há diferenças no modo de falar e que a língua varia. “Dizer que a língua apresenta variação significa dizer, mais uma vez, que ela é heterogênea.” (BAGNO, 2007, p. 39) e que ela ocorre em todos os seus níveis estruturais (fonologia, morfologia, sintaxe, léxico, etc.) e em todos os seus níveis de uso social.

Quanto à opinião de como as professoras acham que deve ser a maneira de falar dos alunos em sala de aula, as respostas foram as seguintes:

PLP1: [...] até eu os deixo falarem do jeito que eles sabem, só que sempre enfatizando que eles têm que se policiar tentar melhorar o modo de falar.

PLP2: Eu não acho que tem que ter um jeito de falar [...] eu procuro às vezes tirar um pouco a questão das gírias [...] eu acho feio às vezes até, e procuro ajudá-los nessa forma[...].

PLP3: Bom, eles têm toda a liberdade em falar do jeito que eles querem [...] e uma vez ou outra eu chamo atenção mesmo deles, quando a coisa é bem gritante.

PLP4: [...] eles tem liberdade pra usar essa linguagem mesmo, própria do adolescente, que eu acho que não deve ser desprezada [...] eu quero que eles saibam ou percebam, né, em que situações eles vão usar, escolher as palavras, a forma de falar de determinado jeito de determinada maneira, com quem falar de outro jeito, de outra maneira.

PLP5: Mais formal, apesar disso não ocorrer, eu me vejo como professora, na função de orientá-los a isso, a falar, mantendo a formalidade o máximo possível porque só assim, na minha concepção, eles vão começar a ter o cuidado em não falar gírias [...]

PLP6: [...] o que eu procuro é direcionar se aquele conteúdo está direcionado pra uma linguagem informal ou formal, é de acordo com o que eu estou trabalhando na sala [...]

Percebemos por meio dos discursos de PLP3, PLP4 e PLP6 que consideram a adequação linguística, afinal, conforme os PCN (1998)

[...] o ensino-aprendizagem de diferentes padrões de fala e escrita, o que se almeja não é levar os alunos a falar certo, mas permitir-lhes a escolha da forma de falar, a utilizar, considerando as características e condições do contexto de produção, ou seja, é saber adequar os recursos expressivos, a variedade de língua e o estilo às diferentes situações comunicativas. (BRASIL, 1998, p. 31)

O direcionamento para uma fala adequada, conforme PLP3, PLP4 e PLP6 é um aspecto trabalhado em sala de aula para que o aluno saiba em que situação utilizar determinada linguagem, como ressaltam Coelho *et. al.* (2015, p. 137) “um mesmo falante pode (e deve) usar diferentes formas linguísticas, dependendo da situação em que se encontra”.

Das seis professoras entrevistadas, conforme o trecho abaixo, PLP5 foi a que aparentemente apresentou um relato que não abre espaço para liberdade na fala dos alunos. Acredito que PLP5 ao declarar que a fala dos alunos deve ser mais formal, a professora referia-se a uma aproximação da variedade padrão da Língua Portuguesa. Outro fato interessante a ser observado e presente também no discurso de PLP2 é o posicionamento em relação ao uso de gírias, ambas parecem preocupadas quanto ao seu uso em sala de aula, PLP2 chega a declarar achar feio.

Abarco a gíria no rol de inúmeros temas que poderiam ser objetos de estudo e reflexão nas aulas de Língua Portuguesa. A respeito da gíria, Preti (2002) enfatiza que

[...] os estudiosos reconhecem que a gíria constitui uma das fontes expressivas da linguagem e se tornou indispensável nas interações do dia a dia. Não só os jovens a utilizam, mas também falantes de outras faixas etárias, constituindo mesmo um importante recurso de aproximação entre os falantes, nos mais variados momentos da conversação, e mesmo os chamados “falantes cultos” fazem uso dela, até fora das situações formais. (PRETI, 2002, p. 196)

O professor, em vez de rejeitar a gíria, deveria mostrar o quanto a sua linguagem é rica, cheia de significados, de ideologias e de representatividade social. Segundo Patriota (2009), a gíria é considerada uma forma de expressão linguística que motivada por fatores como idade, sexo, profissão, condição social, escolaridade, e surge como variações próprias de grupos que compartilham uma forma particular de comunicação.

Interessante é o fato declarado por PLP3 ao afirmar que o aluno tem liberdade em falar, porém, quando surge necessidade, intervém. Bortoni-Ricardo (2014) lembra que

Os alunos que não receberem avaliação de seus professores quanto ao que falaram ou escreveram, respeitando (ou não) os preconceitos gramaticais consagrados e louvados no Brasil, estarão sujeitos a críticas e estigma social. Tem os professores, portanto, de ficar atento à produção linguística de seus alunos em sala de aula promovendo os ajustes necessários, de forma sempre muito respeitosa, nos termos de uma pedagogia culturalmente sensível. (BORTONI-RICARDO, 2014, p. 159)

É necessário que o professor conheça as principais características da fala do grupo social onde os alunos estão inseridos para evitar qualquer espécie de preconceito e até mesmo repensar suas aulas, de forma que o aluno saiba usar outras variantes, no caso, as de mais prestígio quando for necessário.

Considerações Finais

O ensino-aprendizagem da disciplina Língua Portuguesa tem sido um desafio para professores e alunos, principalmente por falta de conhecimento ou insegurança em relação à variação linguística, sendo assim, acreditamos que há necessidade de se investigar os fatores que implicam em atitudes preconceituosas, que levam o professor a não considerar as múltiplas possibilidades de uso da linguagem, fato notoriamente presente nos discursos de algumas professoras que foram entrevistadas. Referente a esta pesquisa, tais atitudes podem estar relacionadas à três aspectos: fragilidade teórica, a formação inicial e a formação continuada.

Considero a fragilidade teórica como a principal dificuldade, uma vez que a mesma não é vista com muita simpatia entre os professores, fato perfeitamente compreensível se a forma como for abordada não tiver nenhuma ou pouca ligação com a prática, acarretando práticas improdutivas e insignificantes tanto para o professor quanto para o aluno. Quanto à formação inicial, por ser a base norteadora das primeiras práticas do professor, a pesquisa aponta que tanto a Sociolinguística quanto as demais disciplinas que levam em consideração o uso da língua fizeram falta na formação das entrevistadas. No que concerne à formação continuada, nesta pesquisa, foi possível constatar a insatisfação das professoras, sendo as principais queixas relacionadas à localidade, ao tema e atendimento às reais necessidades do aluno. A falta de material mais substancial para análise e os discursos das professoras sugerem, a meu ver, a necessidade de um estudo mais específico, um projeto de formação que envolva: o estudo do perfil do professor da SEMED, a especificidade de cada DDZ e das escolas e possibilidade de acompanhamento e monitoramento das atividades.

Nossa intenção neste artigo foi mostrar que, embora em diversas instâncias se discuta sobre a importância de o professor reconhecer seu papel como mediador e desenvolver seu trabalho em consonância com a nova tendência de ensino para a língua materna, infelizmente ainda desconsideram a implicação da variação linguística no ensino de Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007b.

_____. **Preconceito linguístico**. 56^a ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora? Sociolinguística & educação**. São Paulo: Parábola, 2005.

_____. **Manual de Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CALVET, Luis-Jean. Sociolinguística: uma introdução crítica. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola 2002 [1993]

CHAMBERS, J. K; TRUDGILL, Peter. La dialetologia. Tradução de Carmen Morán González. Madrid: Visor Livros, 1994.

COELHO *et al.* **Para conhecer Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

FARACO, Carlos Alberto. **A diversidade linguística do Brasil e a escola**. In: Português: um nome, muitas línguas. Ano XVIII boletim 08 - Maio de 2008

_____. **Norma culta brasileira: construção e ensino**. In: ZILES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto (Org.). Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

LABOV, W. Padrões sociolinguísticos. Trad. de Marcos Bagno; M. M. P. Scherre, C. R. Cardoso, São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972]

LEITE, Marli Quadros. **Preconceito e intolerância na linguagem**. Coleção linguagem & ensino. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

PATRIOTA, Luciene Maria. **A gíria comum na interação em sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2009.

PRETI, Dino. **A gíria e outros termos**. São Paulo: T. A. Queiroz Edusp, 1984.

SOUZA, L. L. **Diversidade Linguística no ensino do português: desafios do professor de língua materna no contexto escolar**. 2017. 157 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Letras, Manaus, 2017.